



CÂMARA DOS DEPUTADOS

## COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

### PROJETO DE LEI N.º 1936/2007

Altera dispositivos da Lei nº 7.210, de 11 de junho de 1984 – Lei de Execução Penal – para introduzir a remição da pena pelo estudo.

#### EMENDA

Dê-se ao art. 126 da Lei nº 7210 alterado pelo art. 1º do Projeto de Lei nº 1936/07 a seguinte redação:

“ Art. 126 - . O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semi-aberto poderá remir, pelo trabalho ou pelo estudo, parte do tempo de execução da pena.”

§ 1º A contagem do tempo para o fim deste artigo será feita à razão de:

I - um dia de pena por três de trabalho ou estudo;

II - um dia de pena por doze horas-aula.

§ 2º - .....

**§ 7º - O instituto da remição pelo estudo ou trabalho não alcançará os condenados por delitos considerados hediondos ou eles equiparados.**

**§ 8º - Não será admitida a cumulação de cursos para efeito da remição**

#### JUSTIFICATIVA

Mas está aqui uma forma real, perfeitamente digna de se garantir cidadania àqueles que há muito não têm nem mais as tais regras sociais para seguir. O trabalho e o estudo ofertado nos presídios pode ser uma solução para inúmeras "doenças carcerárias". Se pensarmos bem, é lógico o que pode ser feito até mesmo como forma de ressocialização destes presos, o que também está garantido em lei, como por exemplo, a Lei de Execuções Penais, que fornece garantias aos presos que trabalhos, tendo estes, redução de suas penas, remuneração (devemos levar em consideração que de este benefício é de suma importância), além da oportunidade de poderem exercer uma atividade que fará o possível para que não retornem aos depósitos de marginais (lugares conhecidos por delegacias, presídios, prisões).

Reza-se que a solução para o egresso do preso - é neste ponto que se olha com mais atenção, até mesmo por ser um medo social - está presente na disposição das penas, na assistência social aos condenados e às famílias (quem disse que malandro não tem família?), e na ocupação dos mesmos durante o cumprimento da pena. Veja então: se a solução está ao nosso alcance, por que não começar logo a trabalhá-la?

Estamos muito perto da solução que deve ser pela sociedade trabalhada como, por exemplo, preservar o princípio de amparo do trabalho do preso pela Previdência Social e reafirmar o caráter obrigatório em todos os regimes que se desenvolverão segundo as aptidões ou ofício anterior do preso, nos termos das exigências estabelecidas.

A reforma no sistema de penas favorece a reintegração do preso à sociedade, além de abrir o espaço necessário para a ocupação do mesmo com atividades destinadas ao seu restabelecimento como Ser Humano.

Instituir atividades culturais deixa de ser um passatempo para ser um incentivo ao retorno à sociedade; então, estabelecer regras para a interação dos ditos marginais com os estudos é uma forma de apresentar-lhes condições de viverem melhor. Estudando estarão buscando conhecimentos diversos e se encontrando com universos diferentes; a formação escolar trabalhada dentro dos presídios é uma oportunidade que muitos desses condenados não têm fora dali. Enquanto que a vida fora oferece muita humilhação, submissão à marginalidade, violência, miséria, a vida na cadeia deve oferecer-lhes o caminho para a mudança, o exemplo a ser seguido dentro das famílias destes indivíduos. Conhecer o valor do estudo abre as portas do conhecimento e do desenvolvimento.

Sala das sessões, 12 de setembro de 2007

**ALEXANDRE SILVEIRA**  
**Deputado Federal - MG**